



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640130 - RJ (2021/0013236-0)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : PATRICK DE OLIVEIRA BERRIEL  
**ADVOGADO** : PATRICK DE OLIVEIRA BERRIEL - RJ117081  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : FERNANDA BRENDA GONCALVES DE SOUZA  
**CORRÉU** : FRANCINEI CUSTODIO MEDEIROS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FERNANDA BRENDA GONÇALVES DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (*Habeas Corpus* n. 0063961-12.2020.8.19.0000).

A paciente, denunciada junto com seu companheiro FRANCINEI CUSTÓDIO MEDEIROS, pela prática em tese dos crimes previstos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, está submetida a medida cautelar diversa da prisão, consistente na proibição de manter contato com o corréu, o qual, por sua vez, encontra-se preso preventivamente.

O impetrante sustenta a ilegalidade da medida cautelar determinada pelo Juízo de primeiro grau, ao argumento de que amparada por fundamentos inidôneos, insuficientes e sem contemporaneidade com os fatos que a ensejaram. Afirma, ademais, que o caso consubstancia hipótese de agressão à unidade familiar, pois impede o contato entre marido e mulher, bem como entre o custodiado provisório e o filho do casal, de apenas 4 anos de idade.

Requer, liminarmente, a revogação da medida cautelar diversa da prisão. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se confirme a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A medida cautelar diversa da prisão está fundamentada, em princípio, na premência de garantir a ordem pública. Isso porque, de acordo com a decisão proferida no primeiro grau de jurisdição, a paciente e o seu companheiro são acusados de integrar a mesma organização criminosa, existindo, assim, a necessidade de evitar o recebimento e a transmissão de comandos úteis à continuidade da atividade delitiva da facção à qual pertencem (e-STJ fls. 6-8).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência